

1 **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS**
2 **DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA/SP – CMDCAF – 30/07/2025.** No
3 dia 30 de julho de 2025, às 08h00, foi realizada a 22ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF, na Rua
5 Arnold Faria Junqueira, nº 1350 – SCFV Paulistano, Bloco 04 – Jardim Paulistano. O
6 Vice-Presidente Éric deu início à reunião, dando as boas-vindas aos presentes e
7 informando que crianças do Serviço de Convivência e os orientadores sociais estariam
8 presentes durante a reunião. Em seguida, procedeu à leitura da pauta e da ordem do
9 dia, composta pelos seguintes itens: 1. Chamada de Verificação do Quórum –
10 verificado quórum necessário; 2. Apresentação de Justificativa dos conselheiros
11 ausentes – realizadas previamente no grupo de WhatsApp; 3. Aprovação da Pauta –
12 Ordem do Dia; 4. Aprovação da 21ª Ata da Reunião Ordinária, realizada em
13 16/07/2025; 5. Portaria nº 205, de 28 de julho de 2023 – Constituição da Comissão
14 para contratação de Aprendiz em Auxiliar Administrativo – indicação de dois
15 membros do CMDCAF; 6. Apresentação das estatísticas do 1º semestre de 2025 do 1º
16 e 2º Conselho Tutelar; 7. Capacitação Conselho Tutelar; 8. Palavra Aberta. Informes:
17 1. Devolutiva das entregas simbólicas do ECA na Secretaria da Educação Municipal e
18 na Câmara Municipal. Foi incluído na pauta, a título de deliberação, o item referente à
19 periodicidade das reuniões ordinárias. Foi proposto que as reuniões passem a ser
20 mensais, em virtude da dificuldade de quórum e da ausência de demanda que
21 justifique a realização quinzenal. A inclusão foi aprovada por unanimidade, bem como
22 a pauta completa e a ata da 21ª Reunião Ordinária. Dando continuidade, foi realizada a
23 leitura da Portaria nº 205/2023 pela Presidente Christiane, referente à constituição da
24 Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo para contratação de Aprendiz
25 em Auxiliar Administrativo. Foram indicados para compor a Comissão: Liandra
26 Aparecida Orlando Caetano (Titular) e Éric Lucas dos Santos (Suplente). Em seguida,
27 foram apresentadas as estatísticas do 1º Conselho Tutelar, pela conselheira tutelar
28 Andréia Aparecia. Foi constatado aumento da evasão escolar no segundo trimestre em
29 relação ao primeiro. A conselheira explicou que a situação abordada na última reunião,
30 sobre os adolescentes em período noturno, ainda não aparece nesses dados porque a
31 movimentação começou apenas no final de junho, próximo ao início das férias
32 escolares. O levantamento foi feito na semana anterior à reunião, e verificou-se que
33 não haveria tempo hábil para incluir essas informações neste relatório; por isso, elas
34 aparecerão no próximo trimestre. A conselheira Rosemary informou que para
35 atendimento na EJA (Educação de Jovens e Adultos) os adolescentes precisam ter a

36 idade certa com base na legislação e que de acordo com informações os alunos da
37 rede estadual só podem frequentar o ensino noturno caso tenham carteira assinada.
38 Porém, como a maioria trabalha informalmente, não consegue comprovar vínculo
39 empregatício, sendo impedido de estudar à noite, e por serem adolescentes, também
40 não têm idade mínima para o EJA. O conselheiro Marcelo reforçou que esse tema foi
41 discutido na última reunião e que há escolas que incentivam diretamente esses alunos
42 a fazerem o EJA, o que, segundo ele, configura uma violação de direitos, pois retira o
43 direito do aluno à educação. Marcelo sugere que, caso a conselheira Rosemary tenha
44 mais dados, que compartilhe com o CMDCAF, para embasar ações concretas. A
45 Conselheira Rosemary explicou que o Estado impõe essa limitação, mas deixa uma
46 lacuna e que o município está tentando preencher com aulas no formato EAD.
47 Atualmente, há apenas Ensino Médio oferecido nessa modalidade, mas o Conselho
48 Estadual de Educação já autorizou a abertura do Ensino Fundamental II, o que amplia
49 a possibilidade de atendimento a adolescentes de até 15 anos. Segundo a Conselheira
50 Rosemary, o Município irá ofertar essas aulas em horários mais flexíveis, por meio de
51 uma plataforma bem estruturada, o que pode ser uma alternativa viável para os
52 estudantes. O conselheiro Marcelo manifestou preocupação, dizendo que colocar esse
53 aluno em uma plataforma ele não irá aprender, e que isso pode prejudicar ainda mais a
54 socialização, que é uma função essencial da escola. Ele afirmou que isso é uma
55 questão muito séria e precisa ser tratada com cautela. A conselheira Rosemary
56 reconheceu a fragilidade da medida, mas disse que, como se trata de uma política
57 estadual, o município não tem força para mudar, e que, entre deixar o aluno
58 completamente fora da escola e dar ao menos alguma oportunidade, é melhor que ele
59 tenha acesso a algo, mesmo que não seja o ideal. Ressaltou que o Estado precisa
60 pensar em alternativas mais eficazes para atender esse público. A Presidente
61 Christiane informou que a Educação Estadual também pretende encaminhar ao
62 Conselho as demandas que têm observado, e que há interesse em formalizar uma
63 parceria com o CMDCAF. Com os dados apresentados e os que ainda serão trazidos
64 pela conselheira Rosemary, será possível articular uma conversa com a Educação,
65 visando tratar a situação como um problema coletivo, que exige ação conjunta. Outro
66 ponto abordado pela conselheira tutelar Andréia Aparecida foi a dificuldade das mães
67 em conseguir vagas para o 1º ano do Ensino Fundamental, especialmente após a
68 implantação do período integral. A exigência de que a criança estude próxima à
69 residência, em um raio de aproximadamente dois quilômetros, muitas vezes não é
70 cumprida, o que obriga a família a pagar transporte escolar ou a fazer a criança andar



71 longas distâncias. Um caso citado foi de uma mãe que se recusou a matricular a filha
72 porque ela teria que andar 7 km para ir e mais 7 km para voltar, e a criança chegava
73 exausta. Outro destaque foi a ausência de professores auxiliares para atender crianças
74 com transtornos do neurodesenvolvimento. Em muitos casos, as famílias retiram o
75 aluno da escola ou são orientadas a mantê-lo em casa até que a escola tenha o
76 profissional disponível, o que também precisa ser urgentemente enfrentado. A
77 Presidente Christiane disse que o aumento da insegurança alimentar está diretamente
78 relacionado ao agravamento de outras violações e vulnerabilidades no núcleo familiar.
79 Na sequência, a conselheira tutelar Ana Carolina apresentou os dados do 2º Conselho
80 Tutelar, que também apontam os mesmos problemas do 1º Conselho, com destaque
81 para a falta de vagas no 1º ano do ensino integral, especialmente na região norte, onde
82 atualmente não há nenhuma vaga disponível. A única escola com vagas é na região
83 oeste, que já possui uma lista de espera com 150 crianças, conforme informações da
84 Secretaria de Educação. Seguindo a Presidente Christiane afirmou que o CMDCAF
85 precisa avançar na implementação do SIPIA(Sistema de Informações para Infância e
86 Adolescência), pois sem ele não será possível obter dados fidedignos para subsidiar
87 ações eficazes. Foi aprovado o aditamento do contrato da continuidade da formação
88 de capacitação para a realização do SIPIA dos conselheiros tutelares com o SENAC,
89 tendo em vista que o mesmo possui toda a estrutura necessária. A conselheira Andréia
90 Aparecida relata a necessidade da adequação dos equipamentos para operar o
91 sistema. Nos informes, o Vice-Presidente Éric relata que a Secretaria Municipal da
92 Educação foi receptiva à entrega simbólica do ECA, participaram da atividade e
93 dialogaram sobre a importância da ação. A Presidente Christiane relata que, na
94 Câmara Municipal, fez uso na tribuna, houve boa receptividade, os exemplares do ECA
95 foram entregues a todos os vereadores, e o CMDCAF foi parabenizado pela iniciativa.
96 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Alba Valéria de Oliveira Ruiz
97 Biondi, lavrei a presente ata, que, após aprovada em reunião plenária, será publicada
98 no seguinte endereço eletrônico oficial: <https://www.franca.sp.gov.br/conselhos/cmdcaf>